

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNAÍ – MG

Ref.: Inquéritos Cíveis 1.14.003.000173/2014-61 e 08112.001780/97-92

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo procurador da República signatário, no exercício regular de suas atribuições legais e constitucionais, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 1º e seguintes da Lei federal nº 7.347/1985, vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** em desfavor do

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516/2007, inscrita no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, dotada de personalidade jurídica de direito público, representada judicialmente pela Procuradoria Federal, com endereço para citação em EQSW 103/104, Bloco “B”, 1º andar, Complexo Administrativo - Bairro Setor Sudoeste – Brasília/DF – CEP 70670-350 e da **UNIÃO**, pessoa jurídica de Direito Público, representada judicialmente pela Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG, com endereço na Av. João Pessoa, 778 – Martins, Uberlândia/MG, CEP 38400-338.

1. Objetivos do ajuizamento da presente ação

A presente ação civil pública tem por objetivo impor ao ICMBio as obrigações de regularização fundiária e de atualização dos Planos de Manejo e de Zoneamento da Unidade de Conservação Federal denominada Parque Nacional Grande Sertão Veredas, situada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com sede administrativa no município de Chapada Gaúcha/MG, a fim de dar cumprimento à disposição do artigo 27, § 3º, da Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, e garantir a plena efetividade da proteção do meio ambiente no Parna.

2. Da legitimidade ativa do Ministério Público Federal e da competência da Justiça Federal

O art. 129, III, da Constituição de 1988, dispõe que a promoção da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, **do meio ambiente**, bem como dos interesses difusos e coletivos, é função institucional do Ministério Público. Além disso, compete o *Parquet* velar pela defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CF).

Ademais, a legitimidade do Ministério Público encontra previsão legal na Lei Complementar nº 75/1993, em seus artigos 5º, II, “d”, III, “c” e “d”, art. 6º, VII, “b”, XIV, “g” e XIX, “a” e “b”, *verbis*:

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

(...)

II - zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

d) à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e **ao meio ambiente**;

(...)

III - a defesa dos seguintes bens e interesses:

(...)

c) o patrimônio cultural brasileiro;

d) o meio ambiente;

(...) **Grifo nosso.**

e

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

(...)

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

(...)

b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

XIV - promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto:

(...)

g) ao meio ambiente;

XIX - promover a responsabilidade:

a) da autoridade competente, pelo não exercício das incumbências, constitucional e legalmente impostas ao Poder Público da União, em defesa do meio ambiente, de sua preservação e de sua recuperação;

b) de pessoas físicas ou jurídicas, em razão da prática de atividade lesiva ao meio ambiente, tendo em vista a aplicação de sanções penais e a reparação dos danos causados (...). **Grifo nosso.**

Disciplinando a competência específica do Ministério Público Federal, a mesma Lei Complementar nº 75/1993, institui em seu art. 37:

Art. 37 - O Ministério Público Federal exercerá as suas funções:
(...)

II- nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas, **do meio ambiente**, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional;"

O próprio Superior Tribunal Federal decidiu que o Ministério Público é órgão legítimo à propositura de ações civis públicas em defesa do meio ambiente, conforme ementa abaixo correlacionada:

AGRAVO REGIMENTAL – RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO - **MINISTÉRIO PÚBLICO - DEFESA DO MEIO AMBIENTE - LEGITIMIDADE - FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS: SÚMULA 283/STF - NÃO ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS - REEXAME DE PROVAS: SÚMULA 7/STJ - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS.**

1. Inviável a alegação de omissão e negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista o não esgotamento das vias ordinárias, face à ausência de interposição dos embargos de declaração.

2. A análise de dispositivo do Regimento Interno do Tribunal a quo não se coaduna com a via do recurso especial.

3. Deficiente a peça recursal que não identifica os artigos da legislação federal que teriam sido violados.

4. Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública visando à regularização de parcelamento irregular e à defesa do meio ambiente. Precedentes.

5. Ausente a impugnação aos fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal.

6. É inadmissível o recurso especial se a análise da pretensão da recorrente demanda o reexame de provas.

7. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional.

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1309313/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 26/08/2010).

Destaca-se que, no caso em tela, a legitimidade ativa do Ministério Público Federal decorre da existência de interesse federal, seja pelo fato de ser o réu o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516/2007, seja pela presença de inafastável interesse federal em razão da natureza dos bens e valores jurídicos que se pretende tutelar, qual seja, a plena consecução

dos objetivos da unidade de conservação federal denominada Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Também pelas razões já alinhavadas no parágrafo anterior, justifica-se a competência da Justiça Federal para o feito, pois, conforme a previsão do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, aos juízes federais compete processar e julgar as causas em entidade autárquica for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente.

3. Da Legitimidade passiva do ICMBio e da União

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é a autarquia federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação em todo o país e é, portanto, o órgão dotado de atribuição para realizar/coordenar a atualização dos Planos de Manejo e Zoneamento, bem como para proceder à regularização fundiária dos espaços de conservação.

Ademais, impõe-se a presença da União como parte passiva na presente lide. É que, muito embora seja o ICMBio uma autarquia e, portanto, goze de autonomia administrativa e financeira, frequentemente as instituições justificam as suas omissões alegando a ausência de recursos públicos cuja fonte é a União. No caso em discussão, aliás, é o que vem sendo alegado há pela autarquia há mais de dez anos!

Desta forma, a União deve integrar o polo passivo da presente demanda, pois lhe cabe garantir recursos suficientes para a implementação do plano de manejo, do plano de zoneamento e conclusão dos processos de regularização fundiária, devendo tomar as providências no âmbito da sua competência – repasse de verbas e demais medidas –, para que o ICMBio realize todos os procedimentos administrativos necessários a garantir a efetividade da Unidade de Conservação Parque Grande Sertão Veredas.

4. O Parque Nacional como unidade de conservação de proteção integral

A criação de Unidades de Conservação tornou-se fato pelos esforços **constitucionais** e **internacionais** de conservação da biodiversidade. Esses espaços de proteção integral são considerados uma das melhores estratégias de conservação da biodiversidade e sua criação é

incitada pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (art. 8º) e prevista como função ambiental pública no art. 225, §1º, III, da Constituição Federal de 1988¹.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, regulamentou o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, definindo, entre outros aspectos, em todas as unidades da Federação, tais espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

No SNUC, as unidades de conservação foram divididas em dois grandes grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. **Nas Unidades de Proteção Integral, o objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei.** Já nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o escopo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A divisão em categorias de Unidades de Conservação tem razão de ser: relaciona-se aos objetivos pretendidos e ao ecossistema a ser protegido. A proteção conferida pela criação dessas áreas só é eficaz se as restrições e normas de manejo adequadas aos fins pretendidos forem efetivamente aplicadas. Caso contrário, a “proteção” representa mera “carta de intenção”, simples simulacro de conservação ambiental desprovido de qualquer resultado concreto, negando vigência, assim, aos objetivos internacionais e nacionais firmados pelo Brasil.

Dito isso, o Parque Nacional, como o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, amolda-se ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais, a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A seguir, o regime jurídico dessa espécie de Unidade de Conservação na Lei 9.985/2000:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

1 Leuzinguer e Cureau (2008) explicam que o Constituinte de 1988, ao impor ao poder público e à coletividade o dever intergeracional de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado estabeleceu uma função ambiental paralelamente pública e privada.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

5. Da necessidade de conclusão dos processos de regularização fundiária no PNGV.

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGV), localizado nos municípios de Chapada Gaúcha/MG², Formoso/MG, Arinos/MG e Cocos/BA, foi criado pelo Decreto n.º 97.658, de 12 de abril de 1989, com o objetivo principal de proteger fitofisionomias do Bioma Cerrado. No entanto, até hoje, seu processo de regularização fundiária³ não foi concluído, embora o parque tenha sido criado há mais de 32 anos.

Tal quadro de inoperância do Poder Executivo inviabiliza o atingimento dos objetivos do Parque, que não compatibiliza com a presença de atividades humanas (com exceção de populações tradicionais⁴) em seu interior, já que o PNGV não admite atividades humanas permanentes, salvo a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico.

Além disso, o Parna Grande Sertão amolda-se à modalidade Unidade de Conservação de domínio público, portanto, a regularização fundiária implica repassar ao domínio do ente que as instituiu a propriedade de toda a área existente em seu interior, o que importa em desapropriação das propriedades particulares existentes antes de sua criação.

As Unidades de Conservação são figuras centrais dos esforços nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade e que se conformam com a Política Nacional do Meio Ambiente, na medida em que consistem em espaços territoriais que, por reunirem certas características especiais sob o ponto de vista ambiental, são destinados à preservação ambiental.

Ademais, as áreas protegidas objetivam garantir *habitat* a espécies em risco de extinção, preservam ecossistemas ameaçados, proporcionando a manutenção de seus serviços

2A sede administrativa do Parna está localizada em Chapada Grande/MG.

3Regularização fundiária, entende-se o processo necessário a fazer com que a área que integra a Unidade de Conservação esteja na posse e domínio de quem de direito.

4 O termo aqui é utilizado em sua acepção ampla, abrangendo povos indígenas, comunidades quilombolas e quaisquer outros grupos humanos que se enquadrem na definição de populações tradicionais.

ambientais, permitem a realização de pesquisas e desenvolvimento de estratégias para o controle das mudanças climáticas e incetiva formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

Portanto, as ações de regularização fundiária traduzem-se como passo essencial à consolidação territorial das Unidades de Conservação, sendo imprescindível aos objetivos da criação de tais áreas.

Contudo, há mais de uma década (desde 2011) o MPF vem dialogando e cobrando do ICMBio a regularização fundiária. Sem sucesso.

Mediante o Ofício SEI n.º 244/2021, o ICMBio encaminhou o “Mapa situação fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas” e a “Tabela Situação Fundiária PNGV”, com detalhamento dos imóveis adquiridos e dos processos de regularização fundiária em trâmite na Coordenação Geral de Consolidação Territorial. Diante dessas informações documentais juntadas pela autarquia, verificou-se que foram adquiridos tão somente 39.985,96 ha da área do Parque Nacional, restando ainda outros 216.471 ha, que se referem a 211 imóveis. Ou seja, somente 18,47% da área necessária foram adquiridas.

Segundo as informações, desses faltantes, 20 imóveis tiveram seus processos de regularização judicializados, 113 estão em processo de compensações de reserva legal, 1 em processo de doação, 64 em processo administrativo de desapropriação e outros 13 não possuem quaisquer medidas, apesar de terem sido instaurados processos administrativos.

Excelência, embora o Parque Grande Sertão Veredas tenha sido criado há mais de 32 anos, especificamente no dia 12 de abril de 1989, o Poder Executivo não conclui os processos de regularização fundiária. Tal situação é problemática tanto porque inviabiliza o alcance dos objetivos ambientais, quanto porque a demora acaba por consolidar o quadro de ocupação humana, agravando as tensões sociais, em vez de mitigá-las.

Dessa forma, ao mesmo tempo que não promove a expropriação da área, de modo a viabilizar a proteção ambiental ao qual fora afetada, porque não indeniza os indivíduos pelas terras e pelas benfeitorias existentes, o Poder Público acaba por intensificar um esvaziamento do direito de propriedade e por ameaçar a sobrevivência daqueles que lá habitavam antes da instituição da Unidade – repita-se, há mais de 32 anos –, na medida em que, embora ainda não detenha a propriedade dessas áreas sem regularização, o Poder Público já impõe restrições às atividades que ali são praticadas, sob pena inclusive de sanções penais.

6. Na necessidade de atualização dos Planos de Manejo e Zoneamento do PNGV

Insta ainda dizer que o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGV), que inicialmente possuía área de 84.000 (oitenta e quatro mil) hectares, teve, em 2004, ampliação para 231.000 (duzentos e trinta e um mil) hectares e perímetro de 350 (trezentos e cinquenta) km⁵. O propósito desta ampliação foi o de aumentar a viabilidade ecológica de longo prazo, a capacidade de suportar grandes carnívoros e o aprimoramento dos limites originais com a inclusão de nascentes de importantes rios que compõem a bacia hidrográfica da região.

Desse modo, o Plano de Manejo(PM)⁶ então existente⁷ tornou-se insuficiente e desde então requer as devidas adequações, tendo em vista que uma área de 147.000 (cento e quarenta e sete mil) hectares não está abarcada pelo atual plano de manejo. Esta revisão é necessária para orientar a gestão desta área protegida.

Em razão disso, desde o ano de 2011, diversas informações sobre a situação dos Planos de Manejo e Zoneamento foram solicitadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁸. Entretanto, todas as respostas negativas possuíam o mesmo fundamento: ausência de recursos oriundos da União para a atualização do Plano de Manejo (fls. 289 e 308, 315/316, 334/335, 459/460v).

Também no ano de 2014, o Ministério Público Federal realizou vistoria nas dependências da sede administrativa do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e em boa parte de sua extensão territorial, de mais de 230 mil hectares. Neste ato, o membro e servidores do MPF foram acompanhados por agentes da Polícia Federal (fls. 618/636).

Durante a visita, foram constatados elementos que apontam para a prática de diversos ilícitos ambientais na área de conservação, tais como atividades de pesca e caça, desmatamento e atividades agrícolas, além de extensiva presença de gado dentro da Unidade. Também se constatou ausência de guardas-parque, precariedade das vias de acesso ao parque e das vias internas; insuficiência de sinalização para indicar os limites do parque, falta de cercas para margar a unidade, além de lavouras com uso de agrotóxicos na zona de amortecimento (fls. 618/623).

5 Ampliação pelo Decreto s/n de 21 de maio de 2004.

6 Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estrituras físicas necessárias à gestão da unidade (Lei nº 9.985/00, art. 2º, inciso XVII).

7 Elaborado pela Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, entre os anos de 1998 e 2003, com aprovação pelo IBAMA em julho de 2003.

8 Autarquia federal criada pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007 e que desde então passou a ser responsável pela gestão das Unidades de Conservação em todo o país

Diante da situação precária do Parque (constante tráfico de animais silvestres, pesca e caça, criação de gado pelos posseiros e proprietários não indenizados instalados na área do parque, além de incêndios e desmatamento), o MPF expediu ofício com recomendações (Ofício n.º 317/2014-PRM-PTU/GAB-JRTA, fl.652) ao Chefe do Parna Grande Sertão Veredas, dentre as quais: a necessidade de intensificar a fiscalização de atividades degradantes e poluidoras.

Em resposta à última provocação do MPF, o ICMBio, por meio do Ofício SEI n.º 244/2021, informou que ainda não procedeu à revisão do Plano de Manejo do PNGV, mais uma vez invocando falta de recursos para tanto, evidenciando que, embora o transcurso de mais de 10 anos desde o início das provocações por parte do MPF, os Planos de Manejo e Zoneamento continuam sem as devidas adequações.

De fato, a revisão do Plano de Manejo (Portaria n.º 78 de 08 de dezembro de 2003) é indispensável para o planejamento e zoneamento da área acrescida ao Parna. Ademais, também se faz necessária a implementação de zoneamento do entorno da UC, mediante o estabelecimento de uma Zona de Amortecimento (ZA)⁹ para a área.

Isso porque, de acordo o artigo 27, §1º e 3º, da Lei 9.985/2000, as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo abrangendo a sua área (total), zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo ainda medidas com o fim de promover integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, bem como que o referido Plano deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data da criação da Unidade. Desta forma, a atualização dos instrumentos de gestão deveria ter ocorrido até o ano de 2009, o que não ocorreu. Outra conclusão não há: a atitude do ICMBio foge da legalidade.

Além disso, por força do artigo 27 da lei do SNUC, a falta do plano de manejo implica a ausência de disciplina do zoneamento e das relações da unidade de conservação com a sociedade local.

Uma breve análise do conteúdo dos dispositivos legais acima reproduzidos revela que tanto os objetivos quanto as diretrizes das unidades de conservação gravitam em torno de duas ações primordiais: a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Tais atividades (preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais) devem ser disciplinadas pelo plano de manejo.

Excelência, a previsão legal de tempo razoável para a elaboração dos Plano de Manejo e Zoneamento existe por uma razão: é que a falta destes planos de planejamento e gestão impede que a Unidade de Conservação atinja os objetivos de sua criação. Portanto, o ajuizamento

9 Zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

da presente, após longo tempo de tentativas de resolução extrajudicial, é a única medida frente a inércia do Poder Executivo.

Desse modo, para que possam ser implementadas, efetivamente, a visitação pública, a pesquisa científica, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico, faz-se indispensável o plano de manejo. Tratando da importância e da natureza normativa desse documento técnico, Édis Milaré leciona:

“A respeito do caráter normativo do Plano de Manejo, é possível extrair da definição da Lei do SNUC que se trata de norma jurídica preordenada a disciplinar de forma expressa as condutas proibidas e admitidas em cada uma das áreas da unidade de conservação. Deveras, para cumprir a sua finalidade, o Plano de Manejo deve fixar regras de uso e ocupação da unidade de conservação e de sua zona de amortecimento. **Assim, o Plano de Manejo consiste em um verdadeiro regulamento destinado a disciplinar as atividades a serem incentivadas, controladas, limitadas e proibidas em cada uma das áreas delimitadas pelo zoneamento, estejam elas dentro da unidade de conservação, ou em sua zona de amortecimento.**”¹⁰

Por disposição literal da lei, plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelecem-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (art. 2º, inciso XVII, da Lei 9.985/2000). Nesse sentido, o plano de manejo é o documento disciplinador de todas as ações públicas e privadas que possam vir a afetar o bem ambiental que a unidade de conservação visa a proteger.

Ainda sobre o plano de manejo, ensina Édis Milaré que:

A lei atribui-lhe ações ou cometimentos de grande alcance, revestindo-o, por assim dizer, de um duplo caráter: preventivo e normativo. Com efeito, cada unidade de conservação deve dispor de um Plano de Manejo. Esse Plano deverá ser elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso, no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, e abrangerá a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Nos procedimentos de elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo, será assegurada a ampla participação da população residente.¹¹

10MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 6ª ed. rev, atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 726.

11 Idem.

7. Dos pedidos

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

a.) que o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) elabore e apresente (obrigações de fazer) ao Juízo, no prazo de 1 (um) mês, um cronograma de trabalho completo e circunstanciado no qual deverão constar todas as tarefas que devem ser executadas para que, ao final do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da apresentação do referido cronograma, seja concluída a regularização fundiária no Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

b) que o ICMBio elabore e apresente (obrigações de fazer) ao Juízo, no prazo de 1 (um) mês, um cronograma de trabalho completo e circunstanciado no qual deverão constar todas as tarefas que devem ser executadas para que, ao final do prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da apresentação do referido cronograma, seja concluído o plano de manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

c) que o ICMBio elabore e apresente (obrigações de fazer) ao Juízo, a cada 3 (três) meses, um relatório sobre o andamento dos processos de regularização fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com informações sobre a situação dos trabalhos em relação ao cronograma inicialmente apresentado e com indicação das providências que serão tomadas para corrigir eventuais atrasos;

d) que o ICMBio elabore e apresente (obrigações de fazer) ao Juízo, a cada 3 (três) meses, um relatório sobre o andamento dos trabalhos de confecção do plano de manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com informações sobre a situação dos trabalhos em relação ao cronograma inicialmente apresentado e com indicação das providências que serão tomadas para corrigir eventuais atrasos;

e) que a UNIÃO adote as medidas necessárias para que o ICMBio possa realizar os procedimentos para a regularização fundiária e para a elaboração do plano de manejo;

f) pagamento de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por descumprimento do que for decidido, com fundamento no artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil;

g) a citação dos réus para, querendo, contestarem a presente ação;

Por fim, requer a produção de todos os meios de prova admitidas em direito.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Uberlândia/MG, 07 de dezembro de 2021.

HEBERT REIS MESQUITA
Procurador da República

ANEXO: cópia de peças dos Inquéritos Cíveis 1.14.003.000173/2014-61 e 08112.001780/97-92